



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 018/2025
Processo de Administrativo nº 2942/2025

1 – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamento para realização de eventos cívicos e culturais, visando atender a necessidades da Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, conforme especificações no Termo de Referência.

1.2 O objeto abrangerá as especificidades conforme descritas no Anexo I – Termo de Referência.

2 – FUNDAMENTOS LEGAL

2.1. As aquisições/contratações realizadas por **Dispensa Eletrônica** enquadram-se, como dispensa de licitação, POR CONTA DO VALOR, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, e decreto nº 12.343 de 2024.

2.3 Base legal:

2.3.1. A contratação direta por dispensa de licitação encontra amparo no **art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras – Valor Atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024 para o valor de R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos);

2.3.2. Nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a realização da dispensa, quando possível, deve ser feita por meio eletrônico, de forma a garantir maior transparência, competitividade e eficiência à contratação:

§ 3º. Sempre que possível, a contratação direta será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, para a obtenção de propostas adicionais.

2.3.3. Assim, a administração pública optou pela modalidade de **DISPENSA ELETRÔNICA**, conforme os princípios da publicidade, eficiência e isonomia.

a) Contratação de empresa especializada em fornecimento de sistema de informática abrangendo a licença de uso de programa, a implantação, a manutenção, o suporte, o treinamento e orientação dos usuários do sistema e suporte técnico, o qual será utilizado pela fiscalização local.

2.5. O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços de mercado de forma local, considerando, estando dentro do limite legal para dispensa (R\$ 50.000,00).

2.6. A adoção da **Dispensa Eletrônica** promove maior competitividade e transparência, além de ser mais célere e eficaz, ampliando o alcance de fornecedores interessados, especialmente os de pequeno porte, como preconiza a Lei nº 14.133/2021.

2.7. Considerando a natureza e o valor da contratação, o atendimento aos requisitos legais, a vantajosidade da proposta, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da economicidade, publicidade e eficiência, justifica-se a instauração de processo de contratação direta por dispensa de licitação na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

2.8. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos **Estudos Técnicos Preliminares**, apêndice deste **Termo de Referência**.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

3.1. A presente dispensa de licitação dar-se-á por meio da Plataforma **LICITANET** com base legal na Lei Federal 14.133/21 e Lei Complementar 123/2006.

3.2. Poderão participar deste Pregão as interessadas estabelecidas no País, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste termo, previamente credenciadas como fornecedores na Plataforma **LICITANET** (<https://licitanet.com.br/>).

3.3. O **Edital de Dispensa Eletrônica nº 018/2025** será publicado exclusivamente no sítio da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO/PORTALTRANSPARENCIA, AROM e www.licitanet.com.br no dia **21 de Agosto de 2025**.

3.3.1. Serão aceitas as propostas apresentadas até às **07h59min. (DF) do dia 26 de Agosto de 2025**.

3.3.2. A abertura das propostas e etapa de lances dar-se-á às **08:00h (DF) do dia 26 de Agosto de 2025 até às 14:00h(DF)**.

4 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1. A participação dos interessados, no dia e hora fixados para a abertura das propostas dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio eletrônico, não sendo aceitas quaisquer propostas por forma diversa.

4.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

4.2.1. Papel com timbre da empresa onde deverá constar de modo legível, o valor cotado em reais (R\$) – unitário e total;

4.2.3. Prazo de validade da proposta, sendo o mesmo, no mínimo de 60 dias

4.2.4. Prazo de entrega dos produtos será conforme Termo de Referência, anexo I.

4.2.5. A proposta que não estipular o prazo de validade será considerada válida por 60 dias.

4.2.5. O descumprimento do prazo de entrega acarretará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da obrigação, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da obrigação.

4.2.6. É facultado ao órgão que lança o presente termo, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

5 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1. As propostas lançadas pelo fornecedor na **LICITANET** de acordo com as especificações e exigências legais deste termo serão classificadas conforme o preço, por item, sendo considerado o vencedor o fornecedor que apresentar o menor preço por lote.

5.2. O não atendimento dos requisitos para participação ensejará a desclassificação da proposta no sistema e o impedimento automático da participação na disputa.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

6.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- j) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.2.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

6.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

6.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação;

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do projeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

7 – Caso o parecer não ateste a compatibilidade e o produto não atenda as necessidades do município, a proposta deverá ser rejeitada.

6.5 DECLARAÇÕES

6.5.1 Das **Declarações** que deverão ser marcadas no **Sistema de licitações**, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- d) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação - SML

e) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.

6.5.2 Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogáveis por igual período, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

6.5.3 O prazo assegurado no subitem anterior terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

6.5.4 A não regularização da documentação no prazo previsto no sub-item deste **Termo de Referência**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

6.5.5 A documentação deverá ser encaminhada em sistema próprio, ou por e-mail a ser indicado no instrumento convocatório, em horário compatível com a necessidade de anexar os documentos.

6.5.6 O prazo poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação, e caso não seja atendido pelo fornecedor participante, poderá convocar o próximo colocado.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ficha: 524

Unidade Orçamentária: 02.46.00 – Fundo Municipal de Cultura – SEMUC

Função/Sub -Função: 13.392 – Difusão Cultural

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outras Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

Programa: Destinação Recurso:1.500.0000.0000 – Recursos Próprio

8 – DO PAGAMENTO

8.1 Recebimento: a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega do relatório técnico, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

8.2 Os serviços e peças técnicas poderão ser rejeitadas totalmente ou em parte, antes do recebimento definitivo, quando não condizem com as especificações presentes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas dentro de três dias úteis, a partir da notificação da contratada, sob as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

8.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6.1 Liquidação

a) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

b) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

c) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1 – Documento de conferência das quantidades recebidas;
- 2 – O prazo de validade;
- 3 – A data da emissão;
- 4 – Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5 – O período respectivo de execução do contrato;
- 6 – O valor a pagar; e
- 7 – Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

d) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

e) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF/Registro Cadastral ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

f) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou Registro Cadastral próprio deste órgão para:

- 1 – verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Dispensa Eletrônica;
- 2 – identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa Nº 3, de 26 de abril de 2018).

g) Constatando-se, junto ao SICAF ou Registro Cadastral, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para serem acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

i) Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF/Registro Cadastral.

8.6.2 Prazo de Pagamento

a) O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trigésimo) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

8.6.3 Forma de Pagamento

- a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- b) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- c) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- d) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- e) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.6.4 Antecipação de Pagamento

- a) Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

8.6.5 Cessão de Crédito

- a) Não haverá cessão de crédito devido às peculiaridades do processo licitatório e aquisição dos itens/prestação de serviços.

10 – INFORMAÇÕES GERAIS

10.1. Para obter maiores informações sobre como participar da Dispensa Eletrônica, a empresa poderá entrar em contato no (Setor de Licitações) ou através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

10.2. A Administração Pública se reserva no direito de:

- 10.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;
- 10.1.2. Revogar por interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.
- 10.1.3. Qualquer modificação no presente Termo será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.
- 10.1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.
- 10.1.5. Ao Agente de Contratação/Comissão ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 10.1.6. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 10.1.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO.
- 10.1.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação – SML

10.1.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.1.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

10.1.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública da **Dispensa Eletrônica**.

10.1.12. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Termo, o lance é considerado o da proposta de preços.

10.1.13. As normas que disciplinam esta **Dispensa Eletrônica** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

10.1.14. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

10.1.15. O presente Termo e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

10.1.16. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

10.1.17. Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

10.1.18. Havendo divergência entre as exigências contidas no Termo e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o **Termo de Dispensa Eletrônica**, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

10.1.19. O **Termo de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site www.candeiasdojamari.ro.gov.br/licitacao Portal Transparência: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

10.1.20. Este **Termo de Dispensa Eletrônica** deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

10.1.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente **Termo de Dispensa Eletrônica** e seus Anexos poderão ser obtidas pelo **E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, ou na sede Prefeitura de Candeias do Jamari/RO.

11 – FORO

11.1 – Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, **Seção Judiciária de Porto Velho/RO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

12 – DO ANEXOS

12.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI
Superintendência Municipal de Licitação - SML

ANEXO I Termo de Referência;
ANEXO II Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO III Minuta do Contrato;

Candeias do Jamari – RO, **20 de Agosto de 2025**.

LUCIVALDO SILVA DA COSTA
Agente de Contratação
Matrícula: 4240

Avenida Tancredo Neves, 1781, Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – CNPJ: 63.761.902/0001-60. E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





MINUTA DE CONTRATO 000/2025

Processo de Administrativo nº 2942/2025
Dispensa de Licitação Eletrônica Nº 018/2025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI/RO, POR INTERMÉDIO DA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 63761902/0001-60, com sede na **Avenida Tancredo Neves – 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76860-000**, representada pela **Secretaria Municipal de Cultura e Lazer – SEMUC** doravante **CONTRATANTE** e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Processo Administrativo nº 2942/2025 – Dispensa Eletrônica nº 000/2025**, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (art. 92, I e II)

1. O objeto do presente instrumento Conforme **Termo de Referência**.

1.1 Contratação empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamento para realização de eventos (Desfile de 7 de Setembro e Arraial 2025 Flor do Candeias), conforme discriminado na no Termo de Referência.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) Termo de Dispensa Eletrônica.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **00 (000) meses** contados da assinatura da ordem de serviço.

2.2 A Administração poderá prorrogar o prazo, por igual período conforme:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.





Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ **00,000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data do orçamento estimado, e da data de assinatura do contrato ou ordem de serviço.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).





7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;
- h) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 São obrigações do Contratada:

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- b) Produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado;





- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- j) A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato;
- k) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- l) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- m) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- p) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- q) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- r) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e





- utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- s) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
 - t) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
 - u) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
 - v) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1 O Objeto contratado deverá ter garantia mínima de acordo com a lei e normas vigentes a contar da data de entrega do objeto contratado;

10.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP, elaborados para a contratação.

10.3 A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.





11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).





11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.2.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.3 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.4 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.5 Indenizações e multas.





12.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento **XXXX** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO

Unidade Orçamentária: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Programação: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Candeias do Jamari/RO, **00 de XXXXXX de 2025.**

Representante Legal

CPF do Representante Legal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO

CNPJ nº 63761902/0001-60

CONTRATANTE

Representante Legal

CPF do Representante Legal

NOME DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF:





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



TERMO DE REFERÊNCIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

01 – DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamento para realização de eventos cívicos e culturais “**Desfile Cívico**” e o “**21º Arraial Municipal Flor do Candeias**”, visando atender a necessidades da Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamento para realização de eventos cívicos e culturais, visando atender a necessidades da Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, conforme especificações no Termo de Referência.	Sv.	01

1.1.1 Especificação do objeto:

Ordem	Itens	Quantidade.	Unidade.	Diária
1.	SISTEMA DE SOM MEDIO PORTE.	01	un	05
2.	PALCO DE MÉDIO PORTE	01	Un	01
3.	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PALCO	01	un	05
4.	BANHEIRO QUÍMICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA I	02	un	04
5.	BANHEIRO QUÍMICO II	06	un	04
6.	TENDAS 4 X 4 PARA COMIDAS TÍPICAS	24	un	04
7.	PAINEL DE LED	01	un	04
8.	ILUMINAÇÃO com 06 torre metálica	01	un	05
9.	JOGOS DE MESAS COM CADEIRAS	20	un	04
10.	BANNER MED. 2,00 X 3,00 COM ILHÓS	02	un	04
11.	UMA FAIXA EM LONA MED. 8,30 X 1,20 COM ILHÓS	02	un	04

02 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

2.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamento para realização dos eventos cívicos e culturais “**Desfile Cívico**” e o “**21º Arraial**”

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Municipal Flor do Candeias", visando atender a necessidades da Secretaria Municipal de Cultura – SEMUC, bem como, para atendimento a legislação vigente em relação à serviços comuns, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP.

2.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.3. Os Objetos contratados não serão parcelados, considerando haver apenas um item para a contratação;

2.4. Da Contratação:

2.4.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados do(a) ato de publicação do Extrato do Contrato em Diário Oficial desta Administração Pública e do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

03 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

3.1 A presente contratação destina-se à realização dos diversos eventos promovidos e/ou apoiados pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO** através da **Secretaria Municipal de Cultura - SEMUC**, que visa a realização do **21º Arraial Municipal Flor do Candeias**, demanda a contratação de serviços e fornecimento de materiais específicos para garantir a qualidade, a segurança e a atratividade do evento. Trata-se de uma festividade tradicional do município, que promove o resgate e a valorização da cultura popular, movimenta a economia local e proporciona lazer à população.

O **Desfile Cívico de 7 de Setembro**, é um evento tradicional que celebra a Independência do Brasil, promovendo valores cívicos, o patriotismo e a participação comunitária. Os serviços e materiais contratados, como estrutura, som, segurança e apoio logístico, são indispensáveis para a realização segura e organizada do ato, garantindo qualidade, valorização da cultura e fortalecimento da identidade nacional. o oficial de turismo e religioso, dentre outros.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para a execução adequada do **21º Arraial Municipal Flor do Candeias**, garantindo a preservação da tradição, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a oferta de um evento gratuito, de qualidade e seguro para todos os munícipes e visitantes.

3.2 A contratação dos serviços de locação e instalação de estruturas metálicas, palcos profissionais, equipamentos, palco de médio porte, sistema de som médio porte, iluminação de médio porte palco, banheiro químico para o público em geral e para pessoas com deficiência, tendas 4 x 4 para comidas típicas, painel de led, iluminação com 06 torre metálica, jogos de mesas com cadeiras, banner med. 2,00 x 3,00 com ilhós, uma faixa em lona med. 8,30 x 1,20 com ilhós é essencial para garantir a infra-estrutura necessária para a realização desses eventos com excelência e segurança. Além disso, ao

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br



Pág.: 2 / 11 - ID. do Doc.: 1.DD3.CB7 - 19/08/2025 - 12:30:58 - ASSINADO POR(2): CPF:272.411.299 CPF:006.341.292

Pág.: 20 / 42 - ID. do Doc.: 1.DE3.5E5 - 20/08/2025 - 14:21:32 - ASSINADO POR(1): CPF:469.341.292



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



utilizar estruturas temporárias, a Prefeitura otimiza recursos, pois evita investimentos em equipamentos e infra-estrutura fixa, possibilitando uma alocação mais eficiente dos recursos públicos para outras áreas de interesse da comunidade. Essas medidas também permitem a rápida montagem e desmontagem dos espaços, tornando-os versáteis para diferentes tipos de eventos, adaptando-se às demandas específicas de cada ocasião. Com essa licitação, buscamos assegurar a qualidade e o sucesso dos eventos municipais, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento cultural, social e econômico da nossa cidade, fortalecendo os laços com a população e proporcionando momentos de lazer e entretenimento para todos os cidadãos.

04 – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 Deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) ter o licitante executado ou estar executando a prestação satisfatória dos serviços.

05 – DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

5.1 O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

5.2 Deverão estar incluídas, no preço do material, todas as despesas sem quaisquer ônus para a administração pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

06 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 Prazo da Prestação de Serviços:

- a) Início das atividades: **“Desfile Cívico”**, que ocorrerá no dia 06/09/2025, das 17 h as 22 h, e o **“Arraial Municipal Flor do Candeias”** que ocorrerá no período de 25/09/2025 a 28/09/2025, conforme orientações da secretaria da pasta.
- b) Periodicidade: diária.

6.2 Do Local da prestação dos serviços:

- a) Os serviços serão prestados nos endereços e horários conforme termo de referencia ou determinação da secretaria da pasta.

6.3 Condições de recebimento:

- a) A **Secretaria Municipal de Cultura** emitirá a Ordem de Serviço com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização do evento, informando o quantitativo das estruturas/equipamentos de locação/instalação, o local e o horário para instalação e desinstalação, além do nome e do telefone do fiscal responsável pelo recebimento dos serviços.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



- b) O prazo apresentado no item 6.3 se faz necessário para que o fiscal possa fazer a análise da qualidade das estruturas/equipamentos, instalação, montagem e qualquer tipo de teste necessário para a perfeita realização do evento.
- c) A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

6.4 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

- a) A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- b) Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- c) A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou materiais empregados em sua realização, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- d) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

07 – DO PAGAMENTO:

7.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a entrega, acompanhado da Nota Fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(is) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa.

- a) A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br.
- b) Caso a empresa seja domiciliada no Município de Candeias do Jamari-PMCJ/RO, deverá apresentar: Certidão Negativa de Débitos Municipais.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



7.2 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus ao licitante vencedor.

7.3 A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Termo de Referência estiver em total conformidade com as especificações.

7.5 Como condições para a continuidade do contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

7.6 Caso a contratada tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

7.7 Quando a empresa contratada não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

7.8 Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

08 – DO CONTRATO:

8.1 O licitante vencedor será convocado para assinar o competente Termo de Contrato na Secretaria requisitante, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação.

8.2 O instrumento contratual será encaminhado ao adjudicatário somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e às suas expensas.

8.3 O não atendimento à convocação para a assinatura do Termo de Contrato no prazo fixado implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando ainda o adjudicatário às sanções legais, da Lei Federal nº 14133/2021.

8.4 O prazo para a assinatura do Termo de Contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

8.5 Havendo recusa do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido, é facultado a esta Administração Pública convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo e condições, respeitada a ordem de classificação.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



8.6 O contrato tem vigência por **12 (doze) meses** prorrogáveis, contados a partir de sua assinatura.

09 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:

9.1 Será designado pelo gestor da pasta competente, o agente para acompanhar a compra, como representante da Administração.

9.1.1 Gestor e Fiscal:

Gestor: Ivanilde de Araujo Lima - Matrícula: 13355
Fiscal: Leticia Rodrigues da Silva - Matrícula: 13353

9.1.2 O presente Termo de Referência acompanha Declaração de Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal do contrato

- a) A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados;

9.2 Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

9.3 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

9.4 O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

9.5 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

9.6 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas pertinentes.

9.7 Caberá ao gestor os controles administrativo-financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVAS DO VALOR DA

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



CONTRATAÇÃO:

10.1 A despesa referente a essa aquisição será empenhada na seguinte dotação orçamentária, ou sua correspondente ao exercício:

10.2 As despesas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária da entidade solicitante em 2025, disponibilizado no Sistema da Prefeitura por profissional responsável pela Coordenadoria de Orçamento e Planejamento – COORDEPLAN.

10.3. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 59.820,00 (Cinquenta e nove mil oitocentos e vinte reais)**, conforme cotação e quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT.	TOTAL
1	SISTEMA DE SOM MEDIO PORTE.	un	01	R\$1.500,00	R\$ 7.500,00
2	PALCO DE MÊDIO PORTE	un	01	R\$8.000,00	R\$8.000,00
3	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PALCO	un	01	R\$1.200,00	R\$ 6.000,00
4	BANHEIRO QUÍMICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA I	un	02	R\$ 300,00	R\$ 2.400,00
5	BANHEIRO QUÍMICO II	un	06	R\$ 250,00	R\$ 6.000,00
6	TENDAS 4 X 4 PARA COMIDAS TÍPICAS	un	24	R\$ 120,00	R\$ 11.520,00
7	PAINEL DE LED	un	01	R\$3.000,00	R\$12.000,00
8	ILUMINAÇÃO com 06 torre metálica	un	01	R\$ 680,00	R\$ 3.400,00
9	JOGOS DE MESAS COM CADEIRAS	un	20	R\$ 15,00	R\$ 1.200,00
10	BANNER MED. 2,00 X 3,00 COM ILHÓS	un	02	R\$ 800,00	R\$ 800,00
11	UMA FAIXA EM LONA MED. 8,30 X 1,20 COM ILHÓS	un	02	R\$1.000,00	R\$ 1.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO					R\$ 59.820,00

9.3. Foi adotado o valor acima mencionado tendo em vista que as empresas que apresentarem cotações serem de outros municípios com cotações obtidas no mercado local para balizamento da média de preço no mercado.

9.4 Desta forma, considerando que este processo se dará por **Dispensa Eletrônica**, outras empresas que se interessarem poderão apresentar suas propostas para realização dos serviços objeto deste **Termo de Referência**, serviços o valor acima mencionado apenas como valor referencial.

Ficha:524

Unidade Orçamentária: 02.46.00– Fundo Municipal de Cultura - SEMUC

Função/Sub-Função: 13.392 – Difusão Cultural

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outras Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

Programa: Destinação Recurso:1.500.0000.0000 – Recursos Próprio

11 – DA SUBCONTRATAÇÃO:

11.1 - Fica veda a subcontratação.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



12 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

12.1 Da Contratada:

- a) Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;
- b) Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento;
- c) Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado;
- d) Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, descarregamento, instalação e desinstalação dos materiais;
- g) Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;
- i) Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência;
- j) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado;
- l) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;
- m) Executar a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência e segurança;
- n) Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização;
- o) Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega;
- p) Cientificar o MUNICÍPIO do andamento da entrega, quando for o caso;
- q) A CONTRATADA se compromete a instalar os itens dentro do prazo estabelecido na comunicação, mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, independente de onde esteja instalada sua sede sob pena das sanções

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



- previstas no edital;
- r) A CONTRATADA deverá fornecer o itens especificados neste Termo de Referência devidamente identificados com a logomarca própria, para evitar o descumprimento da cláusula da subcontratação sob pena das sanções previstas no edital.

12.2 Da Contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar a entrega por meio de preposto designado pelo titular da **Secretaria Municipal de Cultura**, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;
- c) Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados;
- d) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado;
- h) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares;
- i) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e penitenciários através dos documentos pertinentes;
- j) Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução da entrega;
- k) Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Termo de Referência;
- l) Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou eventual mudança de endereço (de entrega e/ou de instalação do objeto);
- m) Promover a fiscalização e conferência dos materiais entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos deste Termo de Referência.

13. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1 A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 162 da Lei 14.133 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

- a) A Contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução dos serviços ou fornecimento de bens e produtos, às penalidades previstas no ARTIGO 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal: a) Lei Federal nº 14.133/21 – Art. 90 § 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

13.2 Se a infração cometida se caracterizar de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

13.3 No caso de troca do produto na forma estabelecida nos subitens anteriores, a licitante assumirá a responsabilidade pelos custos de armazenagem, que incluem: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pela licitante através da Guia de Arrecadação própria, emitida pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO,

13.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada até que seja atestado o novo recebimento do objeto contratado.

13.5 As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do respectivo pagamento, através da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos valores apurados.

Candeias do Jamari, 15 de agosto de 2025

Termo de Referência

elaborado por:

Letícia Rodrigues da Silva

Autorizado por: I

vanilde de Araújo Lima

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – RO
CEP: 76.860-000 – Email: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br



Pág.: 10 / 11 - ID. do Doc.: 1.DD3.CB7 - 19/08/2025 - 12:30:58 - ASSINADO POR(2): CPF:272.41*. **2.*9 CPF:006.34*. **2.*2

Pág.: 28 / 42 - ID. do Doc.: 1.DE3.5E5 - 20/08/2025 - 14:21:32 - ASSINADO POR(1): CPF:469.34*. **2.*9



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41*. **2-
*9 em **19/08/2025 12:32:42**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
1224.7332.642E.U043.3244, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF:
006.34*. **2-*2 em **19/08/2025 12:30:58**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
1228.6730.058K.E11E.3610, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.DD3.CB7** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF: 006.34*. **2-*2 , em **19/08/2025 - 12:30:58**

Código de Autenticidade deste Documento: 12Z4.1K30.3581.800W.2073

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA



ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Ordem	Itens	Quant.	Unid.	Diária
1.	SISTEMA DE SOM MEDIO PORTE. Equipamento de Som P.A: 12 caixas de som line array Ativo, 1 drive Titanium e 2 Alto Falantes de 12 polegadas cada caixa de som, 12 caixas de som de sub grave Ativo com 2 Falantes de 18 Polegadas cada caixa de som. 01 mesas de som expandida Digital Mínimo 32 Canais . Periférico compatível P.A: multicabos vias livres, 02 microfones sem fio, 10 microfones diversos, cabeamento plugs e 10 pedestais.Inclui técnico de som, montagem e desmontagem e Transporte.Palco medindo 08x06, treliça dó medindo 08 mts comprimento de (frente) por 06 mts (Fundo), Altura 1,60 .Cobertura meia água com lona anti chamas treliças em tipo Box Truss de alumínio, Piso em chapas Tablados antiderrapante com marcações refletivas. Incluso: Extintores,RTS, montagem desmontagem e Transporte.	01	un	05
2.	PALCO DE MÉDIO PORTE, Palco medindo 08x06, treliça dó medindo 08 mts comprimento de (frente) por 06 mts (Fundo), Altura 1,60 .Cobertura meia água com lona anti chamas treliças em tipo Box Truss de alumínio, Piso em chapas Tablados antiderrapante com marcações refletivas. Incluso: Extintores,RTS, montagem desmontagem e Transporte.	01	UN	01
3.	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PALCO, Iluminação de palco de médio porte Especificações: 05 canhões de led,10 moving beam. 1 máquina de fumaça. 1 strobo atomic, 4 minis bruti de 4 lâmpadas. 1 mesa de iluminação Digital. 1 técnico operador	01	un	05
4.	BANHEIRO QUÍMICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA I WC químico PNE/ para pessoas com deficiência. Locação de banheiro químico individual, portáteis para deficientes físicos usuários de cadeiras de rodas, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material cadeira de rodas do usuário no interior do banheiro, composto de todos os equipamentos e acessórios de seguranças que atendam as exigências previstas em normas técnicas aprovadas pelos órgãos oficiais competentes	02	un	04
5.	BANHEIRO QUÍMICO II WC Individual, portáteis, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,10m de frente x 1,10 m de fundo x 2,10m de altura, composto de caixa de dejetos, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, para uso do público em geral.	06	un	04
6.	TENDAS 4 X 4 PARA COMIDAS TÍPICAS Medindo 05x05 Tendas cobertura Piramidal tencionada com estrutura metálica na chapa galvanizada de médio porte, pé direito 3,00 metros de altura, em lona anti chamas na cor Branca, UV com fixação estacas em ferros e amarração Montagem desmontagem e transporte incluso.	24	un	04
7.	PAINEL DE LED Projeção de Vídeos e Fotos PAINEL de led P03 ou P06 medindo (3x2) com (alta resolução/ indoor) contendo circuito fechado para captação de imagem de alta definição, incluso	01	un	04



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI
SECRETARIA MUNICIPAL DE
CULTURA



	oradores de vídeo, incluindo imagens e reprodução ao vivo nos telões durante a realização do evento.			
8.	ILUMINAÇÃO DE ARENA com 06 torre metálica	01	un	05
9.	JOGOS DE MESAS COM CADEIRAS PVC/plástico branco: mesa plástica quadrada, cadeira branco plástica/PVC, sem braço com frete e entrega no local conforme determinado pela equipe.	20	un	04
10.	BANNER EM LONA MED. 2,00 X 3,00 COM ILHÓS conforme modelo	02	un	04
11.	UMA FAIXA EM LONA MED. 8,30 X 1,20 COM ILHÓS conforme modelo	02	un	04





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF: 006.34*.**2-*2 em **19/08/2025 14:24:32**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1428.7324.832E.A14Z.5447**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.DD6.037** - Tipo de Documento: **ESPECIFICAÇÃO**.

Elaborado por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF: 006.34*.**2-*2, em **19/08/2025 - 14:24:32**

Código de Autenticidade deste Documento: 14Z2.1624.532E.A13R.3766

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

IDENTIFICAÇÃO:

Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO.

Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Cultura e Lazer – SEMUC

Município: Candeias do Jamari – RO

Base Legal: Lei nº 14.133/2021, art. 18 e art. 75, inciso II

01. DIRETRIZES GERAIS:

1.1 Análise de Viabilidade de Contratação

Cuida-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP). Trata-se de “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao Termo de Referência ou ao Projeto Básico, caso de conclua pela viabilidade de contratação”. (IN nº.40, de 26/05/2020, do Ministério da Economia).

Segundo o guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologias da informação do TCU, planejamento de uma contratação (planejamento preliminar)” (Brasil, 2012, p.39, in COSTA; BRGA; ANDRIOLI, 2017). ‘a elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa dos estudos técnicos preliminares servem para:

- a) Assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;
- b) Embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, devendo conter, entre outros aspectos o levantamento do mercado, a escolha do tipo de solução, estimativas preliminares de preços, descrição da solução como um todo, justificativas para o parcelamento ou não da solução, os resultados pretendidos, as providências para adequação do ambiente do órgão, se for o caso, análise de risco, bem como a declaração da viabilidade da contratação (BRASIL, Franklin. PREÇO DE REFERÊNCIA DE COMPRAS PÚBLICAS. Pdf TCU. * Distrito Federal: 2105, p 31).

No âmbito do TCU é possível vislumbrar jurisprudência pacífica no sentido da obrigatoriedade dos estudos técnicos preliminares, seja para contratação de obras, serviços ou compras. (Acórdão 3.215/16 – Plenário; Acórdão 212/17 – Plenário; acórdão 681/17 – U Câmara; e Acórdão 1.134/17-2” Câmara), (COSTA; BRAGA/ANDRIOLI, 2017).

De maneira que o objeto em análise neste estudo técnico preliminar tem a premissa de estabelecer as condições necessárias para a seleção de proposta mais vantajosa para prestação

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 1





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



de serviços para realização dos eventos cívicos e culturais “**Desfile Cívico**” e o “**21º Arraial Municipal Flor do Candeias**”.

02. NECESSIDADES DE CONTRATAÇÃO:

A Secretaria de Cultura, promoverá o 21º Arraial Municipal Flor do Candeias no período 25 a 28 de Setembro de 2025, com o início as 18hrs e o término as 3hr, no Complexo Turístico Cultural e o **Desfile Cívico** da independência que ocorrerá no dia 6 de Setembro de 2025, com início as 17hrs termino as 22hr, a concentração acontecerá na Airlton Sena entre Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, e o percurso será na Airlton Sena entre Tancredo Neves com o término na rua 21 de Abril no município de Candeias do Jamari, com intuito de fortalecer e manter as tradições culturais e festivas de lazer dos cidadãos de Candeias do Jamari. Os eventos serão mais uns atrativos de entretenimentos, lazer e interação da população, visto que essas comemorações são tradicionais e fazem parte do Calendário Municipal.

A Secretaria Municipal de Cultura e Lazer planeja realizar os eventos:

- 21º Arraial Municipal Flor do Candeias – de 25 a 28 de setembro de 2025, das 18h às 3h, no Complexo Turístico Beira Rio Cultural;
- Desfile Cívico do 7 de Setembro – no dia 6 de setembro de 2025, das 17h às 22h, com concentração e percurso definidos no centro do município;
- Ambos integram o calendário oficial de eventos e têm caráter tradicional, cultural e turístico, fortalecendo a identidade local e oferecendo lazer gratuito à população.

03. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O **Desfile Cívico do 7 de Setembro**, é um evento tradicional que celebra a Independência do Brasil, promovendo valores cívicos, o patriotismo e a participação comunitária. Os serviços e materiais a serem contratados, tais como: estrutura de palco, som e iluminação, são indispensáveis para a realização segura e organizada do ato, garantindo qualidade, valorização da cultura e fortalecimento da identidade nacional.

A realização do 21º **Arraial Municipal Flor do Candeias**, demanda a contratação de serviços e materiais a serem contratados, tais como: estrutura de palco, som, iluminação, banheiros químicos, tendas. Painel de led iluminação com torres metálicas e jogos de mesas são indispensáveis para a realização segura e organizada, garantindo qualidade e segurança e a atratividade do evento. Trata-se de uma festividade tradicional do município, que promove o resgate e a valorização da cultura popular, movimenta a economia local e proporciona lazer à população.

Dessa forma, a presente contratação é imprescindível para a execução adequada do Arraial Municipal, garantindo a preservação da tradição, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a oferta de um evento gratuito, de qualidade e seguro para todos os munícipes e visitantes.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 2



Pág.: 2 / 6 - ID. do Doc.: 1.DB8.E54 - 15/08/2025 - 14:56:28 - ASSINADO POR(1): CPF:272.411.22-9

Pág.: 34 / 42 - ID. do Doc.: 1.DE3.5E5 - 20/08/2025 - 14:21:32 - ASSINADO POR(1): CPF:469.341.22-9



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



A realização destes eventos exige locação temporária de equipamentos e estruturas para garantir segurança, qualidade técnica e atratividade, sem custos de aquisição, manutenção e armazenagem.

A locação é a solução mais viável por:

- a) Atender demanda pontual;
- b) Evitar custos permanentes com bens que seriam subutilizados;
- c) Permitir atualização tecnológica sem imobilizar capital.

04. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE:

A contratação em questão está prevista no plano de contratações de 2025.

Aquisição de equipamentos: inviável por não haver uso contínuo, além de custos com armazenagem e manutenção.

Locação por licitação ampla: possível, mas não recomendada para eventos pontuais já previstos, considerando prazos e especificidades técnicas.

Locação direta (dispensa art. 75, II): solução mais adequada, rápida e econômica.

05. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

A contratação deverá se dar através da escolha da proposta mais vantajosa.

- a) Equipamentos em perfeito estado e compatíveis com normas técnicas;
- b) Estruturas seguras, montadas por profissionais habilitados;
- c) Atendimento às normas de segurança (NR-10, NR-18 e afins);
- d) Suporte técnico presencial durante a execução;
- e) Transporte, montagem e desmontagem incluídos no valor.

06. ESTIMATIVA E QUANTIDADES ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

O Material de Serviços para realização dos eventos “Desfile Cívico” e o “21º Arraial Municipal Flor do Candeias” estimativa de equipamentos, conforme quadro abaixo:

MATERIAL DE SERVIÇOS:

Ordem	Itens	Quant.	Unid.	Diária
1	SISTEMA DE SOM MEDIO PORTE.	01	Und.	05
2	PALCO DE MÉDIO PORTE	01	Und.	01
3	ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE PALCO	01	Und.	05

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 3



Pág.: 3 / 6 - ID. do Doc.: 1.DB8.E54 - 15/08/2025 - 14:56:28 - ASSINADO POR(1): CPF:272.41*. **2.*9

Pág.: 35 / 42 - ID. do Doc.: 1.DE3.5E5 - 20/08/2025 - 14:21:32 - ASSINADO POR(1): CPF:469.34*. **2.*9



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



4	BANHEIRO QUÍMICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA I	02	Und.	04
5	BANHEIRO QUÍMICO II	06	Und.	04
6	TENDAS 4 X 4 PARA COMIDAS TÍPICAS	24	Und.	04
7	PAINEL DE LED	01	Und.	04
8	ILUMINAÇÃO COM 06 TORRE METÁLICA	01	Und.	05
9	JOGOS DE MESAS COM CADEIRAS	20	Und.	04
10	BANNER MED. 2,00 X 3,00 COM ILHÓS	02	Und.	
11	UMA FAIXA EM LONA MED. 8,30 X 1,20 COM ILHÓS	02	Und.	

A contratação abrangerá a locação, transporte, montagem, operação e desmontagem dos seguintes itens:

Acrescente-se que a quantidades informadas neste ETP serão suficientes para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura na realização dos eventos.

07. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Para a continuidade das atividades, observa-se a necessidade de adquirir a seleção de proposta mais vantajosa para prestação de serviços na realização do evento.

Considerando a estrutura do município, será utilizado a solução de contratar empresa especializada na prestação de serviços de festividades. Solução essa praticada por várias prefeituras da região.

08. ESTIMATIVA DE PREÇOS REFERENCIAL:

O valor aproximado para o evento será calculado de acordo com as cotações, planilha de calculo, no valor de mercado, que serão apresentadas posteriormente no departamento de compras da SML.

Será realizada pesquisa junto a, no mínimo, três fornecedores especializados em locação de equipamentos para eventos, para obtenção de preço médio referencial e comprovação de compatibilidade com o mercado

09. DEMOSTRATIVO DE RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS:

Garantia de realização dos eventos sem falhas técnicas;

Público atendido com segurança e conforto;

Valorização da cultura local e fortalecimento da identidade municipal;

Geração de renda indireta para o comércio e prestadores de serviços locais.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 4





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



10. ANÁLISE DE RISCOS:

Risco	Impacto	Mitigação
Atraso na entrega/montagem	Alto	Cláusulas contratuais com penalidades e fiscalização prévia
Falha técnica em equipamentos	Médio	Exigência de manutenção preventiva e equipamentos reserva
Descompasso com a necessidade real	Médio	Conferência de especificações e visita técnica antes da instalação

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ORGÃO:

A locação evita aquisição desnecessária de bens, reduzindo resíduos futuros e incentivando o uso compartilhado de recursos.

12. DECLARAÇÕES DE VIABILIDADES OU NÃO CONTRATAÇÃO:

Declaro, para os devidos fins, que a presente contratação é viável e fundamental para este município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS:

A execução será de responsabilidade da contratada, sob fiscalização de servidores designados por portaria, que acompanharão todo o processo de montagem, execução e desmontagem.

A contratação é viável técnica e economicamente, sendo a locação a solução mais adequada para atender à necessidade temporária, garantindo a boa execução dos eventos, o uso eficiente dos recursos públicos e o atendimento ao interesse coletivo.

Candeias do Jamari-RO, 15 de Agosto de 2025.

IVANILDE DE ARAÚJO LIMA
Secretaria Municipal de Cultura

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: semuc@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 5



Pág.: 5 / 6 - ID. do Doc.: 1.DB8.E54 - 15/08/2025 - 14:56:28 - ASSINADO POR(1): CPF:272.411.22-9

Pág.: 37 / 42 - ID. do Doc.: 1.DE3.5E5 - 20/08/2025 - 14:21:32 - ASSINADO POR(1): CPF:469.341.22-9



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41*. **2-
*9 em **15/08/2025 14:57:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
14V3.8V57.2134.Z786.7785, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.DB8.E54** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº
133/2025.**

Elaborado por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF: 006.34*. **2-*2, em **15/08/2025 - 14:56:28**

Código de Autenticidade deste Documento: 14A6.3X56.6287.878K.8656

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Matriz de Gerenciamento de Riscos 106/2025

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

106/2025

Objeto da Matriz de Riscos

Contratação de serviço de locação de estruturas para eventos institucionais.

Responsável pela Edição

LETICIA RODRIGUES DA SILVA

Data de Criação

15/08/2025 14:19

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Demanda com erro de quantidade e descrição	Erro na memória de cálculo utilizada para levantamento de demanda. Planejamento realizado por militar que não possui o conhecimento do assunto ou não esta diretamente ligado à atividade objeto da licitação.	Planejamento	Administração	Baixo	

Impactos

1 Falta de serviços para suprir as demandas de infraestrutura e saneamento básico em operações e exercícios militares e eventos institucionais.

Ações Preventivas

P-01 Instituir uma equipe de planejamento com conhecimento técnico suficiente para melhor atingir a especificidade do objeto e as quantidades suficientes para suprir a demanda da Organização Militar. Responsável: LETICIA RODRIGUES DA SILVA

Ações de Contingência

C-01 No caso de falta de serviços para nova contratação, deverá ser buscado outros meios (adesão a atas de registro de preços, dispensa eletrônica) dependendo do nível de urgência e as condições de disponibilidade do serviço nas licitações públicas. Responsável: LETICIA RODRIGUES DA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Execução de serviços em desconformidade com o Termo de Referência/Empenho	Empresa que não possui capacidade de prestar o serviço nas especificações registradas no pregão e deseja prestar serviço semelhante, porém com fornecimento de meios de outras marcas e formas de atuação.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos

1 O serviço poderá não ser útil devido a falta de qualidade em comparação ao que foi ganho na licitação, prejudicando no rendimento durante sua execução.

Ações Preventivas

P-01 Possuir militar responsável pela fiscalização prévia dos meios no ato de recebimento dos mesmos, para que faça a verificação da conformidade entre o Empenho, Nota Fiscal e Serviço Realizado, para que só seja aceito o serviço dentro das especificações técnicas da licitação. Além disso, caso o empenho não possua a descrição que permita fazer essa verificação, deverá também ser visualizado a Ata de Registro de Preços, onde haverá maior descrição do serviço. Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA

Ações de Contingência

C-01 Durante o recebimento provisório, se for constatado a inobservância do serviço realizado quanto as especificações técnicas, deverá ser feito notificação formal para a empresa, que poderá ser enviada através de e-mail, solicitando providências para sanar o problema. Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Não prestação do serviço contratado	Empresa que por algum motivo ficou impossibilitada de executar a entrega do objeto /serviço contratado.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos

1 Falta de serviços para suprir as demandas de infraestrutura e saneamento básico em operações e exercícios militares e eventos institucionais.

Ações Preventivas

P-01 Possuir um militar no Setor Requisitante responsável por acompanhar diariamente a situação da execução do serviço e estando em contato diretos com os Fornecedores/Prestadores de serviço. Responsável: IVANILDE DE ARAUJO LIMA

Ações de Contingência

C-01 Deverá, após decorrido o prazo de entrega/execução previsto no Termo de Referência, ser feito imediatamente a notificação formal para a empresa, solicitando esclarecimentos do motivo da não entrega do material/prestação do serviço. Dependendo da resposta, poderá ser aberto Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade. Por outro lado, poderá ser aberto processo para adesão a atas de registro de preço que contenha o serviço necessário, dependendo da urgência, para que assim o empenho seja cancelado e o recurso seja realocado para outra licitação que possua o objeto desejado. **Responsável:** IVANILDE DE ARAUJO LIMA

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

LETICIA RODRIGUES DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/08/2025 às 14:28:59.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41*. **2-
*9 em **19/08/2025 12:08:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
12A6.6X08.8468.V627.7355, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.DD3.12F** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 68/2025**

Elaborado por **LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**, CPF: 006.34*. **2-*2, em **19/08/2025 - 12:06:39**

Código de Autenticidade deste Documento: 12V4.2A06.239R.245U.3071

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **LUCIVALDO SILVA DA COSTA**, CPF: 469.34*. **2-*9 em **20/08/2025 14:21:32**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1460.5821.7329.W638.3201**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.DE3.5E5** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **LUCIVALDO SILVA DA COSTA**, CPF: 469.34*. **2-*9 , em **20/08/2025 - 14:21:32**

Código de Autenticidade deste Documento: 1438.5221.132X.X37W.5145

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

